Fasul Educacional EaD
Rua Dr. Melo Viana, nº. 75 - Centro - Tel.: (35) 3332-4560
CEP: 37470-000 - São Lourenço - MG

FASUL EDUCACIONAL
(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PSICOLOGIA FORENSE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PSICOLOGIA FORENSE

DISCIPLINA:
CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO VIOLENTO

RESUMO

Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS
ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS
A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES
A VULNERABILIDADE SOCIAL

AULA 2
INTRODUÇÃO
CRIMINOLOGIA
CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO
COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL
CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 3
INTRODUÇÃO
DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA
O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS
A VULNERABILIDADE NO CÁRCERE
ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 4
INTRODUÇÃO
COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL
VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL
CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE
VULNERABILIDADES

AULA 5
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL II
CULPABILIDADE
EXCLUDENTES CRIMINAIS
CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO

AULA 6
INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II)
ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE

REINCIDÊNCIA
RESSOCIALIZAR É PRECISO

BIBLIOGRAFIAS

- CERQUEIRA, D. et al. (Coord.). Atlas da violência 2018. 2018.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de Aristides Volpato Cordioli, Cristiano Tschiedel Belém da Silva, Ives Cavalcante Passos, Christian Kieling e Mário Tregnago Barcellos. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed.
- ARAÚJO, Á. C.; NETO, F L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.

DISCIPLINA:
A VITIMOLOGIA E O SISTEMA DA VIOLÊNCIA

RESUMO

A violência é um conceito que varia no tempo e no espaço, pois os padrões culturais de cada época constroem aquilo que conhecemos como realidade social. Um exemplo disso é a necessidade de proteção que surge segundo os acontecimentos. Um acidente de trânsito pode ser entendido com dolo ou por meio da culpa diante das causas e consequências dele. No entanto, o termo violência no trânsito só pode ser cunhado com a compreensão do que é o trânsito e do que é a violência. A pena de morte também acompanha esse raciocínio, pois em dado momento histórico já foi aceita e esteve em vigor, mas social e culturalmente não é aplicada em alguns países e proibida no Brasil – pautada no maior erro judiciário que ocorreu com os Irmãos Naves. A realidade social e a história são os cenários pelos quais é necessário transitar para compreender os conceitos gerais de violência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
DEBATES INTERDISCIPLINARES SOBRE O QUE É VIOLÊNCIA
A ETIMOLOGIA E A AXIOLOGIA DA VIOLÊNCIA
VIOLÊNCIA E SEUS ASPECTOS MULTIDISCIPLINARES
ASPECTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA
PUNIÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

AULA 2
INTRODUÇÃO
PUNIÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO
VIOLÊNCIA E DIREITO: INTERFACES DE UM DEBATE OBJETIVO E SUBJETIVO
AS NORMAS E OS CONTEXTOS SOCIAIS
BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA
SOCIEDADE DE RISCO E PROTEÇÃO AMBIENTAL
A DINÂMICA DA SOCIEDADE DE RISCO

AULA 3
INTRODUÇÃO
VIOLÊNCIA E A CIVILIZAÇÃO
VIOLÊNCIA E A CIVILIZAÇÃO

SEXUALIDADE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO
A REVOLUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER
ENTRE SER O SUJEITO E O SER OBJETO

AULA 4
INTRODUÇÃO
VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
A VIOLÊNCIA E A VITIMOLOGIA COMO PROCESSO
A EDUCAÇÃO E A VIOLÊNCIA
AGRESSIVIDADE, TRANSGRESSÃO E DISCIPLINA
PRECONCEITO E VIOLÊNCIA

AULA 5
INTRODUÇÃO
PSICOLOGIA SOCIAL
PSICOLOGIA SOCIAL
IDENTIDADE
QUESTÕES ÉTICO-POLÍTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
FAMÍLIA E SOCIEDADE
PROCESSOS GRUPAIS

AULA 6
INTRODUÇÃO
VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL
VIOLÊNCIA E SAÚDE MENTAL
PROTEÇÃO E EXPOSIÇÃO DIANTE DA VIOLÊNCIA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

BIBLIOGRAFIAS

- BENELLI, S. J. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 63-84. Disponível em: http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-04.pdf.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias – uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: SaraivaJur, 2018.
- FELDMAN, R. S. Introdução à Psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2015.

DISCIPLINA:
DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

RESUMO

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição

da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS
MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

AULA 2
INTRODUÇÃO
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

AULA 3
INTRODUÇÃO
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER
CONVENCÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

AULA 4
INTRODUÇÃO
SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

AULA 5
INTRODUÇÃO
A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS
GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO
DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

AULA 6
INTRODUÇÃO
A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO
NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE TRATADOS

AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL
A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

BIBLIOGRAFIAS

- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: http://tiny.cc/vy2fcz.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SOARES, R. M. F. A releitura da teoria normativa jusfundamental: um caminho para o direito justo. Revistas Bonijuris, Curitiba, Ano XXIII, n. 577, dez. 2011.

DISCIPLINA:
CRIMES CIBERNÉTICOS

RESUMO

Esta disciplina tem por escopo estudar o Direito Penal Informático, introduzindo brevemente as noções que permeiam o Direito Penal, a criminalidade cibernética e a dificuldade de tipificação das condutas, desembocando, finalmente, em uma análise da realidade brasileira acerca da legislação que pretende combater os cibercrimes. Assim entenderemos como e porque o Direito Penal passou a se preocupar com algumas condutas adotadas no ambiente digital, como se deu o processo de tipificação e quais foram as efetivamente previstas em nosso direito pátrio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
DADOS SOBRE CRIMES INFORMÁTICOS
TIPIFICAÇÃO CRIMINAL: A TEORIA “TCC” (TÉCNICA, COMPORTAMENTO E CRIME)
CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 1)
CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 2)

AULA 2
INTRODUÇÃO
TUTELA AOS BENS JURÍDICOS
CONCEITO JURÍDICO DE CRIME INFORMÁTICO
CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES INFORMÁTICOS
SUJEITO ATIVO, COMPETÊNCIA E LUGAR

AULA 3
INTRODUÇÃO
A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA
CRIMES INFORMÁTICOS COMETIDOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - LEI N. 9.983/2000
CRIMES INFORMÁTICOS PUROS E A LEI CAROLINA DIECKMANN (LEI N. Nº 12.737/2012)
INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO: ART. 154-A DO CÓDIGO PENAL

AULA 4
INTRODUÇÃO

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR
CRIME DE DANO
CRIME DE PEDOFILIA
CRIMES CONTRA A HONRA

AULA 5
INTRODUÇÃO
CRIMES DE FALSA IDENTIDADE
FRAUDE BANCÁRIA – FURTO QUALIFICADO
FRAUDE BANCÁRIA – ESTELIONATO
CRIME ECONÔMICOS E A LAVAGEM DE DINHEIRO

AULA 6
INTRODUÇÃO
CASOS CONCRETOS: CRIMES PRÓPRIOS
CASOS CONCRETOS: CRIMES IMPRÓPRIOS
PERSPECTIVAS FUTURAS
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- AMORIM, D. Prejuízos à economia e à sociedade. Correio Braziliense, 2010. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/29/interna_cidadesdf,189487/prejuizos-da-pirataria-a-economia-e-a-sociedade.shtml.
- AVAST. Academia de ameaças online. Disponível em: https://www.avast.com/pt-br/conline-threats.
- BRASIL é o segundo país no mundo com maior número de crimes cibernéticos. UOL, 15 fev. 2018. Disponível em: https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/258-artigos-dez-2013/6364-a-protecao-de-dados-pessoais-e-a-internet-the-personal-data-protection-and-the-internet.

DISCIPLINA:
PERÍCIAS CRIMINAIS

RESUMO

Este material veio para suprir uma lacuna e atender esta necessidade em um mercado carente de profissionais habilitados e qualificados para exercerem atividades investigativas. No caso, esta disciplina torna-se fundamental, pois ela auxilia ao aluno a compreender detalhes que possam lhe auxiliar numa investigação, tanto para executá-la quanto para complementá-la.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
PERÍCIA CRIMINAL E A CRIMINALÍSTICA
PROVA
CONCEITO DE LOCAL DE CRIME, ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO
DIVISÃO DOS LOCAIS DE CRIME
TIPOS DE LOCAIS DE CRIMES

AULA 2
INTRODUÇÃO

O PROCESSO PAPILOSCÓPICO
A PAPILOSCOPIA COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO
A ESTRUTURA DA PELE E A FORMAÇÃO DIGITAL
DA COLETA NA CENA DO CRIME AO LAUDO PERICIAL
LEGISLAÇÃO ATUAL NA IDENTIFICAÇÃO

AULA 3
INTRODUÇÃO
NOÇÕES DE GRAFOTECNIA E AS LEIS DO GRAFISMO
CONCEITO DE ESCRITA E DOCUMENTO E AS SUAS CARACTERÍSTICAS
FRAUDES COM DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E IMAGENS
CHEQUES E OS PRINCIPAIS GOLPES COM DOCUMENTOS
IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA FALSA: REAL

AULA 4
INTRODUÇÃO
TANATOLOGIA
TRAUMATOLOGIA
ASFIXIOLOGIA
TOXICOLOGIA
SEXOLOGIA

AULA 5
INTRODUÇÃO
O SISTEMA RENAVAM
NOÇÕES BÁSICAS SOBRE LIGAS METÁLICAS
S PRINCIPAIS TIPOS DE ADULTERAÇÕES EM VEÍCULOS
VISTORIA E INSPEÇÃO
O LAUDO PERICIAL CRIMINAL

AULA 6
INTRODUÇÃO
A CLASSIFICAÇÃO DAS ARMAS
A CLASSIFICAÇÃO DOS CALIBRES
OS TIPOS DE MUNIÇÕES EXISTENTES NO BRASIL
EXAME DE EFICIÊNCIA EM ARMAS E MUNIÇÕES
O EXAME DE CONFRONTO BALÍSTICO E O LAUDO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Rio de Janeiro, 13 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm.
- PORTAL EDUCAÇÃO. Criminalística e o perito criminal. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/criminalistica-eo-perito-criminal/13592.
- LIPINSKI, A. C. Crime Organizado e a Prova Penal. Curitiba: Juruá, 2011.

DISCIPLINA:
HERMENÊUTICA JURÍDICA

RESUMO
Ao iniciarmos os nossos estudos sobre hermenêutica, primeiramente precisamos ter a compreensão do direito como um modo de linguagem, isso porque a linguagem depende de interpretação. Podemos dizer que a hermenêutica está intimamente ligada à interpretação do Direito, pois no início, quando as primeiras leis surgiram, estas passaram a ser as únicas fontes de direito. Porém, o empasse do Direito visto como uma ciência (conhecimento aprofundado de algo) resolveu-se com uma melhor interpretação das leis. Ou seja, havia o Direito positivo, a lei meramente e literalmente como ela se apresenta, e a ciência do Direito, a qual surge com a interpretação e estudos dessa lei.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS JURÍDICOS PRINCIPAIS PRINCÍPIOS LEGISLAÇÃO E HERMENÊUTICA CARACTERÍSTICAS DA HERMENÊUTICA JURÍDICA **AULA 2** INTRODUÇÃO ESCOLA HISTÓRICA DE SAVIGNY ESCOLA DA EXEGESE ESCOLA TELEOLÓGICA A HERMENÊUTICA E A LÓGICA JURÍDICA **AULA 3** INTRODUÇÃO CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO INTERPRETAÇÃO GRAMATICAL OU LITERAL INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA **AULA 4** INTRODUÇÃO INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA INTEGRAÇÃO DO DIREITO **AULA 5** INTRODUÇÃO ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA ANTINOMIA JURÍDICA **AULA 6** INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PARTE 2 DECRETO-LEI N. 4.657/42 E HERMENÊUTICA

HERMENÊUTICA E A LEI 13.655/18
RELEVÂNCIA DA HERMENÊUTICA NO ESTUDO DO DIREITO

BIBLIOGRAFIAS

- PRINCÍPIO. In: Michelis. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/princ%C3%ADpio/.
- MAGALHÃES FILHO, G. B. Curso de hermenêutica jurídica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MAXIMILIANO, C. Hermenêutica e aplicação do direito. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DISCIPLINA:
TOMADA DE DECISÃO E INTUIÇÃO

RESUMO

Nesta disciplina você conhecerá determinadas áreas em seus aspectos neurológicos e sociais. Vai ter acesso a estudos que sugerem que certas experiências conhecidas como intuição talvez sejam parte de sua forma comum de funcionar no dia a dia, enquanto, em outras situações, expressam fenômenos não bem compreendidos pela ciência – e, por isso, chamados de anômalos. Verá como podemos nos enganar com uma simples decisão, e os atalhos que frequentemente tomamos ao decidir. Vai pensar sobre o papel da intuição no meio organizacional, em particular com relação ao empreendedorismo e à inovação. Vai, ainda, conhecer os resultados de estudos que se propuseram a treiná-la!

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
INTUIÇÃO
INTUIÇÃO E EMOÇÃO
INTUIÇÃO NÃO-LOCAL OU ANÔMALA (INTUIÇÃO-PSI)?
UMA ESTRUTURA INTEGRADA DE INTUIÇÃO

AULA 2
INTRODUÇÃO
PROCESSAMENTO NÃO CONSCIENTE E TOMADA DE DECISÃO: NOVAMENTE A INTUIÇÃO?
ASPECTOS NEUROLÓGICOS DA INTUIÇÃO
ASPECTOS SOCIAIS DA TOMADA DE DECISÃO
TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DO CONSUMO

AULA 3
INTRODUÇÃO
DISPONIBILIDADE, ERROS LÓGICOS, ÂNCORA
ENQUADRAMENTO E OTIMISMO
AVERSÃO A PERDAS, EFEITO DA AQUISIÇÃO E VIÉS DO STATUS QUO
CEGUEIRA PARA OS VIESES: O QUE FAZER?

AULA 4
INTRODUÇÃO
SEU PAPEL NA ADMINISTRAÇÃO
ALGUMAS PESQUISAS SOBRE INTUIÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

OCUPAÇÕES DE RISCO
INTUIÇÃO NO ENSINO

AULA 5
INTRODUÇÃO
A MENTE AMBIDESTRA
O EMPREENDEDOR INTUITIVO
PRONTIDÃO, EXPERTISE E CRIATIVIDADE
APLICANDO A INTUIÇÃO: VISÃO E VISIONAMENTO

AULA 6
INTRODUÇÃO
MELHORAR A COMPETÊNCIA INTUITIVA?
INTUIÇÃO-PSI OU ANÔMALA: É POSSÍVEL TREINAR?
GRUPOS DE TREINAMENTO DE INTUIÇÃO-PSI
NEUROLIDERANÇA INTEGRAL: O MODELO INLEAD

BIBLIOGRAFIAS

- EYSENCK, M. W. Manual de Psicologia Cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- _____. Um hipotético efeito antecipatório anômalo para estímulos aparentemente imprevisíveis poderia afetar atomada de decisão humana? Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.
- SINCLAIR, M. (Ed.). Handbook of intuition research. Northampton: Edward Elgar, 2011.

DISCIPLINA:
ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
O QUE É ÉTICA?
FUNDAMENTOS DA ÉTICA
ÉTICA NA HISTÓRIA
ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2
INTRODUÇÃO
DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3
INTRODUÇÃO
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4
INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL
EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5
INTRODUÇÃO
DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS
PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6
INTRODUÇÃO
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
POPULAÇÃO LGBT
A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICO

BIBLIOGRAFIAS

- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524.
- FRAZÃO, D. Biografia de Aristóteles. Ebiografia, 24 jul. 2018. Disponível em: https://www.ebiografia.com/aristoteles.

DISCIPLINA:
SEGURANÇA E AUDITORIA DE SISTEMAS

RESUMO

A Auditoria e os Sistemas de Informação estão em constante atualização em busca de melhores resultados, preocupando-se atualmente com os processos de negócio e com os Sistemas de Informação que os suportam, baseando-se numa abordagem ao risco. Como consequência desta evolução, deve-se verificar também uma indissociável evolução no Modelo de Competências dos profissionais de Auditoria, além da identificação de atividades específicas de Auditoria de Sistemas de Informação prevista em três referenciais de Sistemas de Informação (CobiT, ITIL e ISO 17799/27002) e a utilização dos conceitos de Gestão de Projetos aplicados na Gestão das Auditorias de Sistemas de Informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
OS OBJETIVOS DA AUDITORIA
AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)
ROTEIRO E PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO
PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA AUDITORIA

AULA 2
DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA
AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)– AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR DE SI
AS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO VERSUS AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

AULA 3
O PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DE SISTEMAS
OS DETALHES DO PLANEJAMENTO
A CRIAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA
ANÁLISE E DEFINIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE
PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

AULA 4
FUNDAMENTOS DE CONTROLES INTERNOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
CONTROLES INTERNOS EM TI, PRINCÍPIOS, FINALIDADES E OBJETIVOS
TIPOS DE CONTROLES INTERNOS
AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DE SI
ANÁLISE DE RISCO NA AVALIAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

AULA 5
COMPLIANCE
NORMAS, GUIAS E PROCEDIMENTOS
COBIT
ITIL
NORMA ISO 17799

AULA 6
FERRAMENTAS DE AUDITORIA
FERRAMENTAS GENERALISTAS
FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS
FERRAMENTAS DE UTILIDADE GERAL
SOFTWARES DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE FUNCIONÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- IMONIANA, J. O. Auditoria de sistemas de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION. COBIT 5, Estados Unidos, 2015. Disponível em: http://www.isaca.org/COBIT/Pages/COBIT-5-portuguese.aspx.
- LYRA, Maurício R. Governança da segurança da informação. Brasília, 2015.

DISCIPLINA:

LOGÍSTICA, AÇÕES E OPERAÇÕES DE SEGURANÇA "PRIVADA"
RESUMO
Para iniciarmos os estudos dos fundamentos de inteligência em operações de segurança privada, é importante que fique esclarecido o significado semântico do termo “inteligência” sob duas óticas distintas, de interesse dos objetivos de segurança privada: quando ele se refere a um indivíduo e quando ele se refere a uma organização. É importante fazer essa distinção, visto que o significado de inteligência de processos, de estruturas e de sistemas contém os elementos que nos interessam para a sua aplicação em Gestão de Operações de Segurança Privada.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO CONTRIBUIÇÃO DA LOGÍSTICA NO INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES LOGÍSTICAS PAPEL CONSOLIDADO DA LOGÍSTICA NAS EMPRESAS LOGÍSTICA INTEGRADA AO MUNDO **AULA 2** INTRODUÇÃO SUPRIMENTOS EM OPERAÇÕES DE SEGURANÇA - CLASSES COMUNICAÇÕES, ARMAMENTO, MUNIÇÃO, COLETE BALÍSTICO TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA PRIVADA **AULA 3** INTRODUÇÃO COMPONENTES DA ESTRATÉGIA DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA ESTRUTURA DOS PROCESSOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E TREINAMENTO DE EQUIPES DE SEGURANÇA PRIVADA PLANO TÁTICO OPERACIONAL DE SEGURANÇA **AULA 4** INTRODUÇÃO A CULTURA DE SEGURANÇA E A ORIGEM DOS RISCOS O TRINÔMIO DE SEGURANÇA E AS FUNÇÕES DO CFTV O PROCEDIMENTO ESTRUTURADO RAZOÁVEL E EXEQUÍVEL RELAÇÃO DE RISCO VERSUS RECOMPENSA **AULA 5** INTRODUÇÃO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL SERVIÇO DE TRANSPORTE DE VALORES SERVIÇO DE ESCOLTA ARMADA E SEGURANÇA PESSOAL CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE, RECICLAGEM E EXTENSÕES **AULA 6**

INTRODUÇÃO
PROCESSOS DE GESTÃO DE CRISE OPERACIONAL
PROCESSOS DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO – GCN
INTRODUÇÃO ÀS NORMAS ABNT NBR ISO 31.000/2018 E 22.301/2013
INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL COMPETITIVA

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. ISO/TR 31004:2015: Gestão de riscos: Guia para implementação da ABNT NBR ISO 31000. Rio de Janeiro,2015.
- _____. NBR ISO 31000:2018: Gestão de riscos: Diretrizes. Rio de Janeiro, 2018.
- _____. NBR ISO/IEC 31010:2012: Gestão de riscos: Técnicas para o processo de avaliação de riscos. Rio de Janeiro, 2012.

DISCIPLINA:
SEGURANÇA PÚBLICA E O CRIME ORGANIZADO

RESUMO

O crime organizado é um fenômeno inerente à socialização humana. A partir do momento que o homem se reúne com outros, objetivando a comunhão de esforços para a busca dos fins pretendidos, e esses fins se mostram ilícitos, nasce o crime organizado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE
CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA
CARACTERÍSTICAS ESPECIALIZADAS NO ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

AULA 2
INTRODUÇÃO
O TRATAMENTO PELA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL
DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO
INTRODUÇÃO À ATUAL LEGISLAÇÃO – LEI N. 12.850/2013

AULA 3
INTRODUÇÃO
O CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA: CAUSAS DE AUMENTO PENA E A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBARAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL
CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL

AULA 4
INTRODUÇÃO
A PRODUÇÃO DA PROVA
DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO
MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: A COLABORAÇÃO PREMIADA NA REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS

AULA 5
INTRODUÇÃO
MEIOS DE PROVA: ACESSO A REGISTRO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E TELEMÁTICAS
MEIOS DE PROVA: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA
MEIOS DE PROVA: AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS, BANCÁRIOS E FISCAIS
MEIOS DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6
INTRODUÇÃO
A PROVA TESTEMUNHAL E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO
AÇÃO CONTROLADA
INFITRAÇÃO DE AGENTES
ESTRUTURAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BILYNSKYJ, P. F. M. Crime organizado e o tratamento legislativo brasileiro. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/21856/crime-organizado-e-otratamento-legislativo-brasileiro/3.
- BRASIL. Decreto n. 5.505, de 12 de março de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mar. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm.

DISCIPLINA:
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

RESUMO

O avanço da internet e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a propagação de uma nova abordagem referente aos tipos de crimes: os virtuais. Considerando o surgimento destas ações, se fez necessário também evoluir contra os delitos digitais. A necessidade de profissionais especializados, a dificuldade na identificação e a necessidade da elaboração das provas, são alguns dos temas abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
HOMO SAPIENS
A EVOLUÇÃO NO MUNDO DO DIREITO
A CONVIVÊNCIA E AS LEIS
AS LEIS E OS CÓDIGOS
A CONSTITUIÇÃO E OS CRIMES

AULA 2
INTRODUÇÃO
CRIME

DOLO E CULPA
CRIMES CONTRA A HONRA
AS TECNOLOGIAS E O CRIME CIBERNÉTICO
A PROVA

AULA 3
INTRODUÇÃO
ONDE OCORREM OS CRIMES CIBERNÉTICOS
A INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB
OS LOGS
ENDEREÇO IP – UMA GRANDE EVIDÊNCIA
DA MATERIALIDADE DAS EVIDÊNCIAS

AULA 4
INTRODUÇÃO
OUTROS RISCOS NA REDE
A APURAÇÃO DE CYBERCRIMES
INVESTIGAÇÕES ENVOLVENDO WEBSITES
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ENVOLVENDO E-MAIL (CORREIO ELETRÔNICO)
INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA

AULA 5
INTRODUÇÃO
REDES SOCIAIS ONLINE
BUSCA ELETRÔNICA
CRIMES MAIS COMUNS EM REDES SOCIAIS
ADVERSIDADES A SEREM SUPERADAS
DIFICULDADES PARA OBTER-SE A ORIGEM DE UM EVENTO NA INTERNET

AULA 6
INTRODUÇÃO
ANÁLISE E PRINCÍPIO FORENSE
LEGISLAÇÃO
COMPUTAÇÃO NAS NUVENS OU CLOUD COMPUTING
A PREPARAÇÃO DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal. Brasília: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, 2008. CERT.br. Cartilha de segurança para internet. Disponível em:http://cartilha.cert.br/.
- HAMMERSCHIMDT, R. 10 dicas para saber se um site é confiável. Tecmundo, 2 jun. 2012. Disponível em: http://www.tecmundo.com.br/seguranca/1194-10-dicas-paradescobrir-se-um-site-e-confiavel.htm.
- JORDÃO, F. O que é IP estático? E dinâmico? Tecmundo, 30 mar. 2009.Disponível em: http://www.tecmundo.com.br/1836-o-que-e-ip-estatico-edinamico-.htm. Acesso em: 12 dez. 2018.